

política

Federasul é contrária à reestruturação de cargos

Governador tem discutido avanço da reforma administrativa no RS

/ GOVERNO DO ESTADO

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

Meta do governo estadual desde o início deste ano, a confecção de um projeto de reestruturação de cargos e salários dos servidores públicos estaduais foi priorizada pelo governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB) ao longo desta semana, muito em razão dos prejuízos causados pelo desastre climático ocorrido em maio. Sobre a iniciativa, a Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) se posicionou, em carta, contra o projeto do Executivo.

No documento encaminhado ao governador, o presidente da entidade Rodrigo Sousa Costa afirmou que o projeto não é “oportuno” pelo momento crítico que o Estado vive e representa um aumento bilionário com forte impacto nas contas do Estado. A carta da Federasul destaca uma possível perda da estabilidade fiscal do Rio Grande do Sul.

“Todos gaúchos, servidores públicos e iniciativa privada, já fizemos sacrifícios grandes demais para jogarmos fora, de maneira imprudente, a frágil estabilidade fiscal que conquistamos, que nos trouxe melhor qualidade de vida e perspectivas futuras até a tragédia que tanto levou, mas precisamos manter a credibilidade inerente ao comeditamento”, diz



Presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa se posicionou sobre o tema

o documento.

Outro argumento apresentado no texto é que a proposta ocorre simultaneamente a vários pedidos do Estado para União na estera da reconstrução do Rio Grande do Sul. Conforme a nota da Federasul, o reajuste de salários do funcionalismo representaria uma inversão de prioridades, e que poderia acarretar em argumento por parte do governo federal para suspender os auxílios já anunciados.

O projeto que está sendo desenvolvido pelo Executivo gaúcho prevê uma série de reformas na administração estadual. Entre os principais pontos, se destacam a recomposição de quadros públicos, contratações emergenciais em áreas estratégicas para recuperação dos prejuízos causados pelas enchentes e o reajuste sala-

rial de servidores estaduais.

Após reunião de Leite com aliados na segunda-feira, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Frederico Antunes (PP), afirmou que o objetivo é enviar projeto para ser votado no Parlamento o quanto antes.

“Essa meta já existia no início do ano, que era de nós também fazermos uma recomposição de quadros públicos para, em período ordinário, nos ajudar a trabalhar os projetos principais, metas principais do nosso Estado. Vindo a situação extraordinária (desastre climático), isso foi turbinado. Nós realmente precisamos fazer com que diversos setores da atividade pública sejam refeitos, em termos de números e qualidade, para poder ajudar na reconstrução do Estado”, argumentou Antunes.

Câmara autoriza destinação de 5% de emendas a catástrofes

/ CLIMA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou em dois turnos a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 44, que modifica a Constituição Federal para reservar 5% dos valores das emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União para enfrentamento de catástrofes e emergências naturais. Agora, o texto segue para apreciação no Senado.

Nos dois turnos, a proposta teve encaminhamento favorável de todas as bancadas partidárias. No primeiro turno, a PEC recebeu 392 votos a favor e 22 contra. No segundo turno, foram 378 votos a favor e 7 contra. Houve votos presenciais no plenário e também remotos, computados eletronicamente e contando com presença virtual para o parlamentar fora da casa.

A PEC aprovada acrescenta um parágrafo ao Artigo nº 166 da Constituição, que normatiza a tramitação de projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais nas duas casas do Congresso.

Com a decisão, haverá recursos

de emendas individuais, de bancada e de comissão para calibrar o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. A estimativa do autor da PEC, deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL), é que mais R\$ 1,7 bilhão estejam disponíveis para prevenção e mitigação de catástrofes. Com a iniciativa, poderão ser usados para tais medidas R\$ 8,9 bilhões do Orçamento da União. De acordo com o deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo), a proposta é meritória. “Precisamos de dinheiro para a prevenção, mitigação e reversão de problemas climáticos.”

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) destacou que os crescentes acidentes climáticos são uma realidade nova. “Nem os negacionistas do clima desconsideram que há extremos de calor, de seca, de frio e de precipitação pluviométrica.” Alencar reclamou, no entanto, da aprovação de projetos de lei no Congresso Nacional que, quando implantados, podem gerar efeitos negativos sobre o clima. Segundo a bancada ambientalista da Câmara, há mais de 30 projetos em tramitação que impactam o meio ambiente.



Proposta teve encaminhamento favorável de todas as bancadas

Criado Fundo de Investimento em Infraestrutura

/ CONGRESSO NACIONAL

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS) para financiar equipamentos e serviços nas áreas de educação, saúde e segurança pública. A matéria será enviada à sanção presidencial.

De autoria do Senado, o Projeto de Lei 858/24 determina que os recursos virão de dotações orçamentárias, empréstimos com instituições financeiras nacionais

e internacionais, convênios com a administração pública e de outras fontes.

O fundo deverá ser administrado por um comitê gestor coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, conforme regulamento, e terá como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O texto foi aprovado com emendas consideradas de redação pelo relator, deputado José Guimarães (PT-CE), que incluem a determinação de serem observadas as leis de diretrizes orçamen-

tárias e de responsabilidade fiscal e preveem que a aplicação dos recursos do fundo ocorrerá por meio de dotação orçamentária e de créditos adicionais.

De acordo com relator, a proposta vai viabilizar a continuidade da obra da ferrovia Transnordestina, que vai do interior do Piauí aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). “Precisamos alterar as regras deste fundo, para que o BNB (Banco do Nordeste), como agente operador, possa emprestar, possa financiar a conclusão desta obra vital para o desenvolvimento, integração e geração de emprego”, afirmou.

Aprovada suspensão de pagamento de dívidas de aposentados no RS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em dois turnos nesta quarta-feira projeto de lei que concede o direito de suspender, por 180 dias, o pagamento de dívidas de crédito consignado para aposentados e pensionistas afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

O PL 1.815/2024, do senador gaúcho Paulo Paim (PT), obteve relatório favorável da senadora Zenaide Maia (PSD-RN), que aca-

teriormente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto vai à Câmara dos Deputados.

O projeto modifica a Lei 10.820, de 2003, e a Lei 14.509, de 2022. Essas modificações dão a aposentados e pensionistas gaúchos o direito a postergar, por seis meses, o pagamento das parcelas do crédito consignado. De acordo com o projeto, a regra valerá também para os contratos feitos durante a vigência do estado de calamidade pública no Estado.